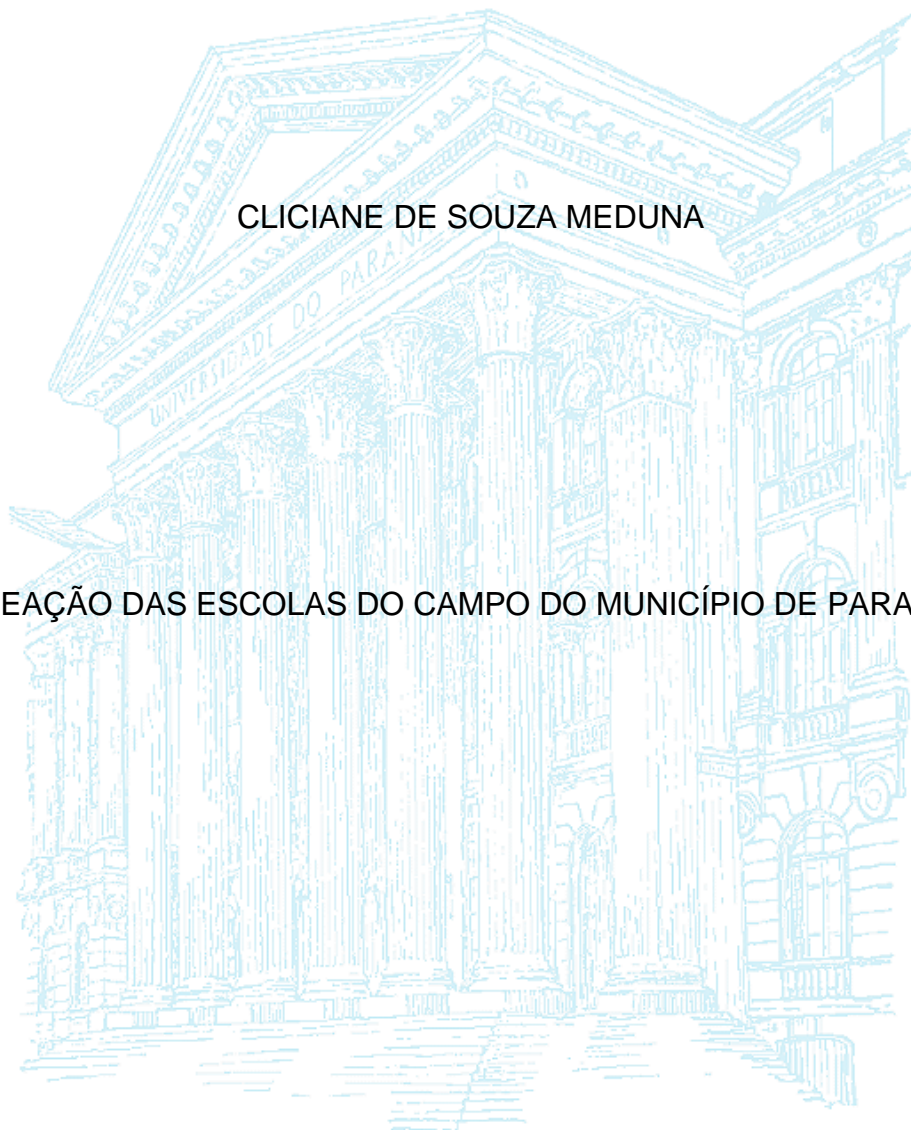


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

CLICIANE DE SOUZA MEDUNA

NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

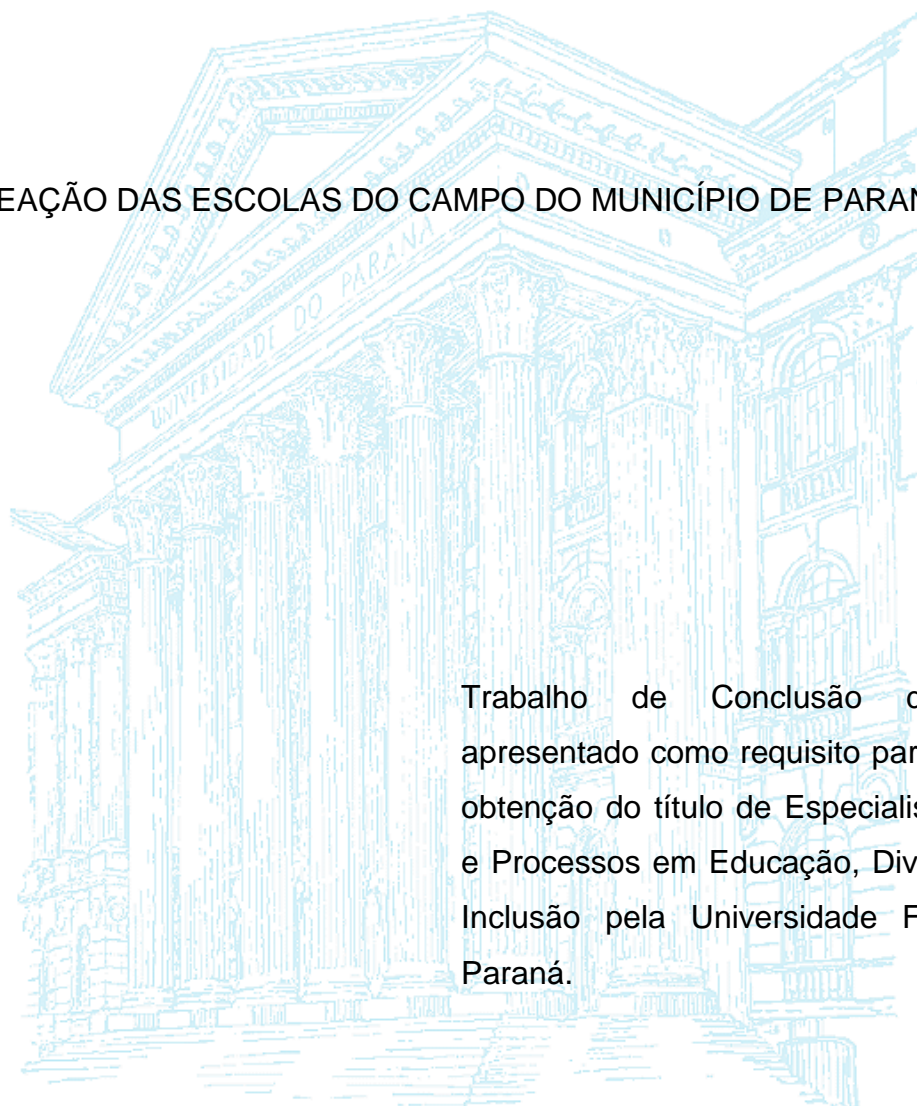


MATINHOS

2015

CLICIANE DE SOUZA MEDUNA

NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Silvana Cássia Hoeller

MATINHOS

2015

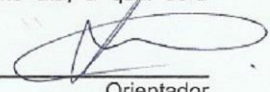
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

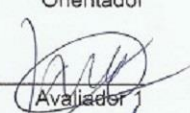
Aos doze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática EDUCAÇÃO DO CAMPO os membros da banca examinadora: SILVANA CÁSSIA HOELLER (orientador), Maurício César Antônio Jacques e GILSON WALTER DPHMER para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: CLICIBNE DE SOUZA MEDUNIA

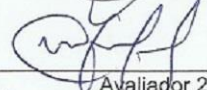
, sob o título: NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.

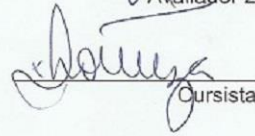
Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito Alt.

Nada mais havendo a tratar, eu SILVANA CÁSSIA Hoeller (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.


 Orientador


 Avaliador 1


 Avaliador 2


 Cursista

NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

MEDUNA, Cliciane de Souza¹ - UFPR – Setor Litoral

HOELLER, Silvana Cássia² - UFPR – Setor Litoral

RESUMO

Este texto relata a situação de algumas comunidades do Campo, no município de Paranaguá, que tiveram suas escolas fechadas devido à falta de interesse e comprometimento do poder público que na intenção de reduzir custos, atropela todos que estão a sua frente, desobedecendo a Constituição e desrespeitando os direitos da criança descritos no Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo deste é evidenciar a opinião dos moradores destas comunidades que foram negligenciados e que diante do descaso acabaram silenciando suas lutas e seus direitos, assim a metodologia usada foi de auxiliar e informar que os municípios têm o dever de assegurar que cada criança tenha seu direito assistido. A conclusão que se chega é que muitos não têm acesso às informações e temem enfrentar o governo para não sofrerem ainda mais com retaliações.

Palavras-chave: Nucleação. Escolas do Campo. Paranaguá

¹ Aluna da Especialização Gestão em Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão – UFPR – Setor Litoral. E-mail: clicianeramos@hotmail.com

² Mestre pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora Assistente na Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral. E-mail: silvanafid@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo se refere a um relato sobre as dificuldades e os desafios no município de Paranaguá – Pr, que é um resultado da vivência das pessoas que moram nas comunidades rurais e que sofrem com o descaso seja na educação, na saúde ou transporte. Este tema resultou do diálogo dos professores do município de Paranaguá, participantes do Curso de Extensão “Gestão em Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão da Universidade Federal do Paraná – UFPR – Setor Litoral, onde uma professora da rede relatou o problema que vem enfrentando anualmente no início do ano letivo, onde a Secretaria Municipal de Educação busca uma forma de fechar a escola, na qual ela trabalha. O artigo também traz elementos teóricos que visam dar embasamento ao discurso dos cursistas.

Diálogos com a Educação do Campo através do Curso de Especialização Gestão em Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão

A Educação do Campo vem conquistando seu espaço no cenário nacional, até pouco tempo atrás, as, então, denominadas escolas rurais, não eram vistas, lembradas ou assistidas por nenhum dos governos (municipais, estaduais e federais).

Na teoria, até havia um ou outro documento, mas eles nunca saíram do papel. Era comum, as famílias mandarem seus jovens à cidade em busca de ensino médio e superior para conquistarem um espaço nas metrópoles, porém poucos conseguiam se adaptar com esta nova realidade, pois além da saudade familiar, ainda tinha a adaptação que não ocorria de maneira esperada. As famílias que abrigavam os estudantes, muitas vezes, exploravam estes jovens, não valorizando seus anseios e sonhos, partindo do pressuposto que os colonos não teriam muitas chances “mesmo”, conforme reforça Brasil:

A concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural. Segundo a ideologia da modernização, “o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida” (BRASIL, 2005, p.8).

Com o aumento da população brasileira, aumentou também o consumo e com base nos estudos recentes, aonde a medicina vem desesperadamente tentando conscientizar sobre a importância de uma alimentação saudável a base de frutas, verduras e legumes, cresceu o consumo, com isto a procura aumentou, logo a produção também, fazendo da agricultura um negócio rentável e muitas famílias investiram na agricultura familiar, a qual composta por pequenos produtores, é responsável por 80% do abastecimento total do mercado brasileiro, segundo citação da professora orientadora, Silvana Hoeller, Mestra em Educação do Campo, no seu módulo no Curso de Especialização Gestão em Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão. Com esta informação é fácil entender o porquê que a Educação do Campo começou a aparecer nas políticas públicas. É necessário que haja algum retorno, desta forma, poderá haver um benefício.

Entendido o motivo da “preocupação” para com os camponeses, fica mais fácil entender os processos que estão ocorrendo dentro das Escolas. Apesar de afirmarem que se encontram na Pedagogia Histórico Crítica, Saviani (2008, p. 88) usa a expressão pedagogia histórico-crítica no empenho de “[...] compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nessa visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico [...]”, quem está dentro das salas de aula do Campo, parece que ainda estão na Pedagogia Tecnicista, segundo Saviani novamente (2008, p. 75): “Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a

iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção.” No qual o governo federal adota uma coleção didática e a mesma deve ser trabalhada em todas as Escolas do Campo do país, independente da sua identidade ou especificidade, mesmo que a escola do sertão não possua água (e agora isto está virando comum até no Sudeste), é importante explicar aos alunos, que sonham com um copo d’água, as técnicas de irrigação do arroz, por exemplo, no qual a plantação ficará submersa por dias. A contradição é muito grande. E assim sobre o líquido extraído do cacto, onde as nossas crianças do Sul, só viram em desenhos animados. Miguel Arroyo exemplifica isso quando diz:

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado. (ARROYO, 2004, p. 79)

Com material didático específico e sendo cobrado do professor o uso dele através de visitas, onde o mesmo assina uma ata por não estar trabalhando com o conteúdo, o qual o governo gastou milhões, para conceder aos alunos do Campo uma “aprendizagem de qualidade”, ou seja, o professor é penalizado por estar esbanjando dinheiro dos cofres públicos. Não temos o direito de receber o mesmo material pedagógico dos alunos da zona urbana, porém os nossos frequentarão as mesmas escolas que eles no ensino fundamental anos finais, então há uma discrepância muito grande entre os conteúdos aprendidos por um e por outro. Não existe autonomia nas escolas, muitos profissionais sofrem com a discriminação e com o preconceito tanto da Secretaria quanto até mesmos dos colegas da rede que acham que estes profissionais estão lá por falta de formação ou castigo, se seus

ideais forem diferentes do “esperado” você pode ser mandado às escolas do campo, por serem isoladas, onde trabalhará sozinho, sem influenciar demais colegas com pensamentos “revolucionários” (medida adotada há alguns anos, em gestões anteriores). Leite confirma isto quando descreve que:

No meio rural, excetuando os movimentos de educação de base e de educação popular, o processo educativo sempre esteve atrelado à vontade dos grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para esferas de caráter sócio-cultural especificamente campesinas. (LEITE, 1999, p. 111-112)

Os cursistas do GPEDI ficaram impressionados com a realidade descrita, não imaginavam que tão próximo a eles, ainda havia um autoritarismo e desrespeito para com os profissionais e principalmente para com as crianças. Num destes diálogos, foi levantada a situação de uma escola que corre o risco de ser fechada:

Professora³: Sou professora há quase 30 anos nesta escola, moro na comunidade e por lutar pelos meus direitos e principalmente dos meus alunos, fiz inimizade com muitas pessoas. E como forma de retaliação, sofro com o descaso total para o fechamento da minha escola. Cheguei ao absurdo de carregar o botijão no meu carro diariamente, devido aos frequentes roubos e as ameaças que se roubassem novamente, não seria mais fornecido. Os computadores do Proinfo, também levo pra casa para não correr o risco de tê-los roubados, já levaram panelas, utensílios da cozinha, da limpeza, tudo que tinha na Escola, até pouco tempo até os cadernos das crianças foram queimados.

Estas circunstâncias fazem que esta Escola corra o risco de ter suas portas fechadas e com isto os alunos do 1º ao 5º ano terão que estudar na zona urbana, muitas com menos de 7 anos e sem condição nenhuma para sair da sua comunidade. Os alunos do Campo se sentem acolhidos na sua comunidade, assim como os da zona urbana, eles também têm o direito de estudar perto de suas casas.

³ Professora da Escola Municipal do Campo Antônio Fontes que corre o risco de fechar.

Reforçando o artigo 205 da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988)

Uma única medida seria o suficiente para evitar todos estes transtornos, se fosse colocado um vigia ou um guarda municipal, nenhum ato destes citados, aconteceria. Uma autoridade já inibiria a entrada de vândalos que ficam escondidos numa casa abandonada em frente à escola, porém a Prefeitura descarta a possibilidade da colocação de um funcionário extra, alegando que isto geraria acréscimo na folha de pagamento. É preferível penalizar uma comunidade inteira com crianças se locomovendo a vários quilômetros, do que remanejar um único funcionário.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. **Art. 53º Cap V** acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Nesta perspectiva Kolling, Néry e Molina afirmam que:

Devido a situação geral da educação brasileira hoje, e em particular da tendência de marginalização das escolas rurais do meio rural, é também um problema grave o tipo 6 de escola pública oferecida à população do campo. [...] Como predomina a concepção unilateral

da relação cidade-campo, muitas prefeituras trazem as crianças para as cidades, num trajeto de horas de viagem, por estradas precárias, com a finalidade de reduzir os custos, e colocando em classes separadas das da cidade, reforçando, dessa forma, a dicotomia ainda presente no imaginário da sociedade. Ou então são colocadas na mesma sala, onde são chamadas de “atrasadas” pelos seus colegas, ou mesmo por alguns de seus professores urbanos e, para serem modernas, passam assumir valores duvidosos (KOLLING, NÉRY, MOLINA, 1999, p.43)

O temor da professora é justificado, três escolas foram fechadas na última década apenas nas Colônias, sendo elas: Escola Municipal do Campo da Colônia Quintilha, Escola Municipal do Campo da Colônia Santa Cruz e Escola Municipal do Campo Visconde de Taunay. Na comunidade da Colônia Quintilha, numa conversa com um dos moradores que tinha filhos na Escola quando a mesma foi fechada em 2000 ele fez o seguinte relato:

Morador 1⁴: Na época a comunidade se mobilizou para que a Escola fosse reaberta, conseguimos uma audiência com o prefeito, ele disse que nossos filhos estariam melhor numa Escola maior, que devido ao que aconteceu (a professora foi estuprada na saída da Escola), seria também mais seguro. Não concordamos, queríamos condução para levar e trazer nossos alunos à escola, assim como a professora, não havendo perigo desta forma. Logo após o fechamento nossa estrada, pela primeira, vez recebeu um tratamento especial e o prefeito disse que a partir daquele momento, sempre seria mantida naquelas condições para compensar a falta da Escola, muitos que não tinham filhos estudando adoraram a compensação e ficamos sem voz. Nunca mais voltaram com toda aquela estrutura nas nossas estradas. A cada cinco anos, aparece uma máquina patrôla, para despistar.

A Escola da Colônia da Santa Cruz, também do município de Paranaguá, foi

⁴ Morador 1: Morador da Colônia Quintilha

fechada devido ao rio, sempre que chovia, o rio destruía a ponte (pinguela), as crianças tinham dificuldade de passar por ela, pois eram apenas duas tábuas. Os professores não conseguiam atravessar e com o tempo, a escola passou a não receber alunos, porque não tinha professor, ou não recebia professor, porque não tinha alunos. Hoje o acesso a esta Colônia só pode ser feito através da Colônia Morro Inglês (BR-277), pois pela PR 508, está interditado porque não há ponte. Quase duas décadas se passaram, e o mesmo problema persiste.

Já a Escola Municipal do Campo Visconde de Taunay foi fechada sem maiores explicações à comunidade, o prédio em que estava situada estava em estado deplorável e não tinha condições de atender aos seus alunos, todos foram transferidos à Escola de Alexandra, uma Escola bem maior, com sanitários, lâmpadas, merenda e transporte. Este foi o relato de um pai que tinha seus filhos matriculados na época nem que a Escola que foi fechada:

Morador 2⁵: Nós demos Graças a Deus que fecharam aquilo, nem dava pra se chamar de Escola, chovia mais dentro do que fora, as tábuas do forro e do assoalho estavam todas soltas, fizemos vários mutirões pra ajeitar, mas sem material, não dava pra melhorar muita coisa. As crianças nem queriam mais estudar, quando foram para escola nova, ficaram felizes demais da conta, lá tinha tudo que eles sonhavam: merenda boa e quentinha, não chovia, tinha luz, não molhava dentro das salas... A única coisa ruim é que as crianças não podiam falar que moravam no sítio porque senão os coleguinhas ficavam tirando sarro.

Ao ser retirada ou inserida em um ambiente diferente da sua localidade, as crianças do campo vão se desvinculando das suas raízes, das suas especificidades, deixam de valorizar sua cultura local, assumindo uma nova identidade, mentindo para si e para os outros que faz parte dos novos costumes. Roseli Caldart ao discutir sobre Educação do Campo reconhece que:

⁵ Morador²: Morador próximo da antiga Escola Taunay

[...] toda vez que uma escola desconhece e ou desrespeita a história de seus educandos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tais, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços (CALDART, 2005, p.116).

É papel fundamental da escola que ela enfatize o sentimento de pertença a sua comunidade, que ela resgate sua identidade, mesmo que este aluno esteja fora de sua comunidade local. O professor tem muita importância neste fundamento, pois ele será o mediador, aquele que fará a comparação das duas realidades e mostrará ao aluno do campo e do espaço urbano a devida importância de ambos em nosso país. A escola não pode negar a cultura do seu aluno e suas particularidades. Arroyo é um dos autores que defende este pensamento:

[...] a escola do campo, o sistema educativo do campo se afirmará na medida em que se entrelaçarem com a própria organização dos povos do campo, com as relações de proximidade inerentes á produção camponesa - vizinhança, as família, os grupos, enraizar – se e aproximar as formas de vida centrada no grupo, na articulação entre as formas de produzir a vida (ARROYO, 2006, p. 114).

Para que isto ocorra, é necessário que o professor seja o agente transformador, que esteja inserido com os problemas e anseios da comunidade e que acima de tudo, tenha formação para atender este público específico.

Considerações finais: O curso de extensão GPEDI possibilitou e aproximou as professoras da rede (urbana e campo), nenhum outro curso nestes anos de docência possibilitou isto. O direito de falar e também o dever de ouvir, foi a maior contribuição deixada como legado. Dividir angústias, anseios, sonhos e conquistas

com quem compartilha os mesmos ideais foi gratificante e emocionante. Diversas realidades, mas com um único objetivo em comum: educação como agente transformador, como ferramenta de mudança para tudo que precisa ser corrigido no nosso país. Um aprendizado, pessoal e profissional, que deixou marcas pelas ações de “nós queremos, nós merecemos, nós podemos, nós fazemos, nós conseguimos” que até então eram inéditas diante do autoritarismo imposto por diversas fontes. Um crescimento e ao mesmo tempo, um renascimento tanto pessoal, como profissional para todos os envolvidos.

Referências:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Estatuto da Criança e do Adolescente

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE, 2000.

CNE/ CEB. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo.

ARROYO, Miguel. Por Uma Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica Castagna (org.). 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 08/02/2015.

BRASIL. Ministério da Educação – Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF, 2002.

KOLLING, Edgar; NÉRY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação básica do campo (memória). Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 1999. (Coleção Por Uma Educação do Campo, 1).

Saviani, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.